



# **DEBATES ANTIRRACISTAS**

**Direitos Humanos e Políticas Sociais**

**Loiva Mara de Oliveira Machado**

**Daniela Ferrugem**

**Cíntia Marques da Rosa**

Organizadoras

**cirkula**

Copyright © Editora CirKula LTDA, 2022.  
1º edição - 2022

Revisão, Normatização e Edição: Mauro Meirelles  
Diagramação e Projeto Gráfico: Luciana Hoppe  
Capa e Ilustrações: Luciana Hoppe  
Tiragem: 100 exemplares impressos

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP**

D286 Debates antirracistas; direitos humanos e políticas sociais [recurso eletrônico] /  
Loiva Mara de Oliveira Machado, Daniela Ferrugem, Cíntia Marques da Rosa,  
organizadoras. – 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2022.  
288 p.: il.

ISBN: 978-65-89312-71-0  
E-book

1. Educação antirracista. 2. Cidadania antirracista. 3. Políticas sociais. 4.  
Direitos humanos. 5. Racismo institucional. 6. Ações afirmativas – Universidades.  
7. Políticas públicas – Assistência social. 8. Programa de Extensão – Coletivo  
AYA/UFRGS. 9. Antirracismo. 10. Racismo estrutural. 11. Desigualdade racial. I.  
Machado, Loiva Mara de Oliveira. II. Ferrugem, Daniela. III. Rosa, Cíntia  
Marques da.

CDU: 323.118:37

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

Todos os direitos reservados à Editora CirKula LTDA. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Editora CirKula  
Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim  
Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190  
e-mail: editora@circula.com.br  
Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br



## **Direitos Humanos e Políticas Sociais**

**Loiva Mara de Oliveira Machado  
Daniela Ferrugem  
Cíntia Marques da Rosa**  
Organizadoras

**cirkula**

**2022**

# Pensando a produção de uma Cidadania Antirracista

Diângeli Strada de Almeida<sup>1</sup>  
Gabriela da Cruz Miranda<sup>2</sup>  
Luciana Rodrigues<sup>3</sup>

## Introdução

Caras/os leitoras/es. Esse texto se compõe por uma escrita a seis mãos. Mãos que escrevem a partir de lugares diferentes e, portanto, de corpos com diferentes experiências. Um trio composto por uma estudante em formação em Psicologia e uma Psicóloga (ambas mulheres brancas) e uma Professora (mulher negra de tom de pele clara), docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Diferentes mulheres, mas que se encontram e produzem a partir de um território comum: o pesquisar na academia. Para sermos mais específicas, a partir do campo de produção de conhecimento de uma Psicologia Social que ancoramos em uma ética feminista e antirracista,

---

1 Psicóloga formada pelo Centro Universitário Metodista IPA. Integrante do Coletivo bell hooks: psicologia e políticas do cuidado (UFRGS). E-mail: diangelistradaa@gmail.com

2 Graduanda do Curso de Psicologia da UFRGS. Integrante do Coletivo bell hooks: psicologia e políticas do cuidado (UFRGS). E-mail: gabi.cmiranda@hotmail.com

3 Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do PPGPSI/UFRGS. Coordenadora do Coletivo bell hooks: psicologia e políticas do cuidado e do grupo Tessituras (UFRGS). E-mail: lurodrigues.psico@gmail.com

território de onde temos pensado articulações entre a produção de cidadania, a formação superior (principalmente em Psicologia) e a lógica colonial – com suas hierarquias e violências raciais.

Assim, através dessa escrita, objetivamos trazer algumas das discussões que temos tecido pela análise e produção de dados do projeto de pesquisa no qual trabalhamos que busca compreender como é performada/produzida a cidadania, a partir do campo da Política de Assistência Social. No percurso do pesquisar, utilizando um caminho metodológico de inspiração cartográfica (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2015), acompanhamos as práticas desempenhadas no cotidiano de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Porto Alegre, durante um período de seis meses, onde participamos de atividades como o Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo (CadÚnico), a acolhida de novas/os usuárias/os, grupos semanais (como o grupo de desenvolvimento humano e da horta), os encontros do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para pessoa idosa, as visitas nas aldeias indígenas da região, além de encontros como do dia 25 de setembro e 20 de novembro (Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha/Dia Nacional de Tereza de Benguela e Dia da Consciência Negra, respectivamente).

É fundamental ressaltarmos que o bairro onde o CRAS que acompanhamos se insere é um dos territórios com maior concentração de moradoras/os negras/os da cidade. Um bairro narrado, frequentemente, por aquelas/es que o olham de fora como periférico, perigoso, marcado por situações de pobreza e vulnerabilidades sociais. Aqui, de antemão, já se coloca uma chave importante para pensarmos sobre os processos e práticas (na interação entre diferentes atores) que produzem aquilo que reivindicamos como cidadania, pois é inevitável nos determos no fato de que é um dos territórios constituído pela falta de estrutura

urbana (saneamento básico, esgoto tratado, ruas asfaltadas), pela má distribuição de serviços básicos, pela ausência de serviços complexos, como hospitais de grande porte (IBGE, 2010), entre outras características que sustentam a manutenção de condições precárias de vida em um dos bairros mais negros de Porto Alegre (IBGE, 2010). Isso não é uma mera coincidência. Fala de um percurso, de um cenário de construção da nação brasileira, no pós-Abolição, que teve como um dos principais pilares uma política genocida contra a população negra (NASCIMENTO, 1978).

Com a abolição da escravização, não houve um plano de integração das pessoas negras à organização social brasileira, mantendo essa população às margens da sociedade. A falta de acesso à garantia de direitos e ao exercício da cidadania configuraram uma liberdade que a aprisiona, até os dias atuais, em uma realidade de subempregos e altos índices de situações marcadas pela violência e vulnerabilidades sociais. Nesse cenário, a cidadania brasileira historicamente se afirmou ligada a

[...] uma elite de brancos ou branqueados, deixando na “periferia da periferia” ou na “exterioridade da exterioridade” negros, indígenas e mestiços”. Desse processo resultaram as diversas exclusões sociais, tais como a miserabilidade e o racismo, que fortemente atingiram e atingem esses povos e seus descendentes (DIAS, ALVES e AMARAL, 2019, p. 116).

É preciso lembrar que os processos e os fundamentos da noção cidadania em nosso país, obedeceram a uma lógica eurocentrada, desenhando o cidadão moderno como “sujeito racional e abstrato considerado titular de direitos humanos, que recebe as cores viva de um padrão de homem do gênero masculino, branco, proprietário, católico, heterossexual e chefe de família (patriarca)” (BELLO, 2015, p. 55). Portanto, são essas

heranças de um Projeto Colonial (MENESES, 2018) que, ainda hoje, se colocam na contramão de propostas e práticas que tem como horizonte a transformação social, como a política de ações afirmativas (nas universidades, concursos e empresas) – estratégia que oferece a possibilidade de acesso às pessoas negras à espaços que, historicamente, lhes são negados através da manutenção de práticas racistas em meio a uma sociedade narcisista “*branca patriarcal/na qual todos/ nós vivemos,/que é fixada/em si própria/e na reprodução/da sua própria imagem,/tornando todos os outros/invisíveis*” (KILOMBA, 2019, p. 19). Uma sociedade que como temos acompanhado, mesmo quando corrobora a garantia das cotas raciais nas universidades, ainda tem dificuldades de efetivar práticas pautadas em uma ética antirracista que sustente a permanência saudável (referendada pelo acolhimento, cuidado e auxílios financeiros) de pessoas negras e, também, indígenas.

Desse modo, são justamente as questões e interrogações sobre os tensionamentos raciais que os encontros de nosso trânsito entre a universidade e o CRAS produziram em nós, que desejamos compartilhar com vocês caras/os leitoras/es. Questões que nos colocam a pensar sobre a colonialidade em jogo em nossas formações e seus efeitos no desempenho de práticas que tem como horizonte a produção de cidadania. Processo no qual tanto as/os trabalhadoras/es no campo das redes e práticas das políticas públicas – somos, junto com as/os usuárias, serviços, programas, leis e materiais, agentes produtores.

## **Cidadania pra quem?**

Uma das questões que nos interpela no percurso desse pesquisar é sobre como podemos compreender a produção da cidadania, a partir das práticas desempenhadas no campo da Política



de Assistência Social. Como mencionamos acima, nos interessa conhecer performances em jogo nessa produção – que dizem respeito a práticas local, histórica e culturalmente desempenhadas (MOL, 2002) na interação entre diferentes atores, sejam esses materiais ou imateriais, humanos e não-humanos (RODRIGUES e GUARESCHI, 2018).

A concepção do que se entende como cidadania – considerando que essa noção existe em diferentes versões, portanto, versões de um mesmo objeto (RODRIGUES e GUARESCHI, 2018) – passou e, ainda passa, por diferentes pressupostos. Para além de afirmar a conexão entre sujeitos e a territorialidade do espaço nacional (garantida por lei) podemos compreender a cidadania, também, como fator cultural (SANTOS, 2007). Seu reconhecimento diz respeito a uma construção sócio-histórica contínua e coletiva, pois

A luta pela cidadania não se esgota na confecção de uma lei ou da Constituição porque a lei é apenas uma concreção, um momento finito de um debate filosófico sempre inacabado. Assim como o indivíduo deve estar vigiando a si mesmo para não se arrear pela alienação circundante, assim o cidadão, a partir das conquistas obtidas, tem de permanecer alerta para garantir e ampliar sua cidadania (SANTOS, 2007, p. 105).

De acordo com Milton Santos (2007), dentro da lógica neoliberal na qual o Brasil vive, a ideia de cidadania tem sido deturpada, configurando uma coisificação na qual a relação para acesso e garantia de direitos é baseada no consumo, individualizando o processo de direitos e deveres, através do qual as garantias de direitos sociais passam por uma lógica clientelista, funcionando por trocas de favores que, por sua vez, sustenta-se na lógica da produção de dívidas. Quanto mais consumimos, mais corroboramos a sustentação do sistema neoliberal e, maior se torna, nosso



exercício de poder de barganha e influência em relação ao acesso às possibilidades oferecidas por uma sociedade branca, patriarcal e capitalista. Nosso acesso a essas possibilidades é negado ou cortado se não atingimos certo nível de renda e se ocupamos espaços não lucrativos à essa lógica. Assim, determinados sujeitos, comunidades e populações (os outros do projeto moderno-colonial, ou seja, negras/os e indígenas) são consideradas como um problema. Entre tantas situações ilustrativas deste “tornar-se um problema” em nosso contemporâneo, há a situação dos chamados rolezinhos de jovens periféricos que são reprimidos por “só passearem” e não consumirem dentro dos shoppings; ou, como presenciamos no Serviço de Convivência para pessoa idosa ligado ao CRAS que acompanhamos, situação onde as usuárias que conseguiam participar dos passeios pagos (sugeridos por um oficineiro) eram mais consideradas e escutadas pelo grupo do as que não tiveram condições de participar. Nessa perspectiva, aquelas/es que se encontram à margem da ética neoliberal individualista, regida pelas leis do mercado, onde a cidadania se confunde com consumo, dificilmente terão seus direitos garantidos.

Quando se confundem cidadão e consumidor, a educação, a moradia, a saúde, o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais. Até mesmo a política passa a ser uma função do consumo. Essa segunda natureza vai tomando lugar sempre maior em cada indivíduo, o lugar do cidadão vai ficando menor, e até mesmo a vontade de se tornar um cidadão por inteiro se reduz (SANTOS, 2007, p. 155).

No Brasil, como nos mostra Lélia Gonzalez (2019b), temos a produção de uma cidadania de segunda classe. Somos herdeiras/os das práticas coloniais de um estado português que como nos traz a autora, por ser uma sociedade que obedece a uma

concepção hierarquizada de organização social, não comporta a existência do conceito de igualdade (GONZALEZ, 2019a). Simas e Rufino (2020, p. 6) chamam nossa atenção para o fato de como “[a] colonização (...) gera ‘sobras viventes’, seres descartáveis, que não se enquadram na lógica hipermercantilizada e normativa do sistema, onde o consumo e a escassez atuam como irmãos siameses; um depende do outro”.

Nesse sentido, nossas heranças marcam um contemporâneo no qual, como nos fala Sueli Carneiro (2011), pobreza tem cor. Assim, em um país cujas heranças atualizam hierarquias raciais, é possível identificar, de modo evidente, quem são as populações as quais as lógicas dos sistemas de dominação e opressão – supremacista branco, patriarcal e capitalista (hooks, 2019) – impedem ou comprometem o pleno exercício da cidadania. De acordo com dados relacionados ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entre os domicílios que recebem o Bolsa Família, 70% são chefiados por pessoas negras (IPEA, 2011), sendo que entre os beneficiários do programa, 90% são mulheres, dessas, 75% negras (CADÚNICO, 2018, apud BRASIL, 2018). Dentro do programa SCFV, 55% dos participantes são mulheres, dessas 64% são negras. Entre as pessoas em situação de vulnerabilidade e de risco, cerca de 68,9% são negras; entre as crianças/adolescentes em situação de trabalho infantil, negras/os representam 81,9%; em condições de violência ou negligência; 70,8%; em situação abuso e/ou exploração sexual 68,6%; enquanto que em situação de rua 77,9% (BRASIL, 2018). Logo, percebe-se que em grande medida, pessoas negras são quem mais se encontram vulneráveis e, conseqüentemente, são as pessoas que mais possuem seu direito ao exercício da cidadania negado.

Não analisarmos as implicações decorrentes da desigualdade racial no acesso a garantia dos direitos, coletivos e individuais, é corroborar com a lógica de um projeto colonial (SIMAS; RUF-

NO, 2020) que atualiza um sistema de dominação supremacista branco mantendo essas relações de vulnerabilidade que, desde a escravização de africanas/os traficados para o Brasil, produz constantemente condições precárias de vida à população afrobrasileira.

Nossa cultura, o que abrange “relações raciais, sexuais, de gênero, espirituais, linguísticas, pedagógicas, epistemológicas” (GROSFOGUEL, 2012, p. 342), é articulada por uma matriz de poder colonial que estrutura não só as organizações institucionais como, também, o espaço social, assim como a própria subjetividade de cada um. Portanto, a lógica moderno-colonial que possibilitou o processo de escravização de africanas/os e seus descendentes, que prevaleceu durante séculos no país que, por sinal, foi o último país no mundo a abolir a escravidão, resultou não apenas em violências exercidas sobre aquelas/es que foram escravizadas/os, mas continuou perpetuando, no após abolição, práticas de marginalização e inferiorização, de produção de condições precárias de vida e de políticas genocidas direcionadas à população negra brasileira (NASCIMENTO, 1978).

O Brasil, como um projeto colonial em curso (SIMAS, RUFINO, 2020), tem como base heranças racistas que mascaram, junto ao mito da mestiçagem, a prevalência do privilégio da branquitude. Isso significa que, mesmo quando não há estratégias explícitas que privilegiem pessoas brancas acima de pessoas não brancas (como negros, indígenas e amarelos), há articulações que mantêm esse *status quo* agindo na manutenção da permanência estrutural dessa hierarquia racial, como o sucateamento das escolas públicas (frequentado majoritariamente por pessoas negras), em distinção a qualidade dos ensinos superiores públicos (na qual brancas/os possuem acesso mais facilitado, devido o resultado do ensino privado anterior). Esse processo não é só uma questão econômica, pois assim como traz Santos (2007), “a sociedade também é ideologia,

cultura, religião, instituições e organizações formais e informais, território, todas essas entidades sendo forças ativas” (SANTOS, 2007, p. 121-122). Elementos que se articulam no processo de constituição de posições de poder, de distribuição dos sujeitos pelos diferentes territórios, de acesso a bens (materiais e simbólicos), a serviços, espaços, à circulação pela cidade, entre outros.

Nesse caminho, compreender o exercício da cidadania como complexidade torna-se importante na busca pela transformação social que tenha como horizonte uma sociedade mais igualitária, antirracista, antipatriarcal e antielitista, na qual ser cidadã e cidadão, como nos fala Dias, Alves e Amaral (2019), seja mais do que a força da lei busca assegurar, mas, também, como “um estado de consciência, ou seja, tornar-se cidadão requer conhecimento dos direitos e dos deveres, como também é o sentimento de pertencimento social” (p.116), pelo qual possamos entender “a cidadania, como um processo contínuo e de construção coletiva [que] precisa ser, primeiramente, implantada na consciência e consequentemente na relação com o outro” (p.117).

A Política de Assistência Social Brasileira, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é “direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993, art.1º). Para sua garantia, a partir da constituição da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004) e da implementação das unidades e serviços que estruturam o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (BRASIL, 2005), territórios considerados pela marcação da vulnerabilidade e risco social passaram a contar com a inserção de um CRAS, que tem como função a garantia da proteção social básica. A PNAS, como política pública, marca uma ruptura com a lógica co-

lonial de gestão da assistência como caridade, benevolência e filantropia (VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009). Nesse sentido, a assistência social brasileira é reorganizada após as mudanças da PNAS em que os serviços prestados não encontram-se conectados ao assistencialismo, mas a garantia de direitos básicos, a informação, a um meio de tornar menos difícil a autonomia das pessoas<sup>4</sup>.

Este processo de informação, direitos e autonomia, no espaço que acompanhamos na pesquisa, se dá, principalmente, por meio dos coletivos formados por usuárias/os que participam do grupo da horta e de desenvolvimento humano, nos quais as trocas entre quem participa vai tecendo uma rede de possibilidades, de informações que auxiliam na efetivação de denúncias em relação à violência contra mulheres, da exigência do direito e cumprimento de pensão alimentícia dos pais que se ausentam presencial e financeiramente no cuidado com as/os filhas/os, a quem e como recorrer frente a espera de procedimentos de saúde, como a espera por cirurgia pelo Sistema Único de Saúde (SUS) que já ultrapassa o tempo de dois anos, de partilha de vivências que se enlaçam pela similaridade das experiências (de dor, de violências sofridas), assim como, pelas práticas de encantamento a vida que sustentam a construção de estratégias de sobrevivência em um cotidiano infestado pela marafunda colonial (SIMAS; RUFINO, 2019). Estratégias assentadas no entendimento político de que “se por baixo não está dando, é melhor tentar por cima.” (SIMAS, 2020, p. 101).

---

<sup>4</sup> Compreendemos que o trabalho social com famílias, de acordo com a PNAS, seja facilitar a autonomia das pessoas, porém a realidade ainda parece estar, muitas vezes, distante disso, pois não há auxílio disponível para todas/os, não há vagas disponíveis nos serviços ofertados que visam a garantia de direitos como saúde e educação. Em muitas situações não há um número adequado de profissionais para atender a demanda dos territórios. Além disso, é preciso lembrarmos que o investimento nas políticas de saúde, educação e assistência foram congeladas pelo governo atual, pelos próximos 20 anos.

É essa perspectiva que acompanhamos no CRAS, onde usuárias/os se fizeram presentes, semanalmente, nos grupos oferecidos pelo serviço (para as/os usuárias/os convidadas/os a participarem desses espaços) performando espaços nos quais falar, ouvir e se organizar politicamente era algo possível e, assim, também se fazia possível a composição de modos de estarem juntas/os que não fossem permeados pela violência cotidiana da desigualdade social e racial. Modos de estar juntas/os que nos falam sobre habitar outros mundos, mundos com “menos desigualdade, menos tiro no pé”, como canta Marcelo D2<sup>5</sup>, mundos construídos coletivamente como a colcha de retalhos produzida pelo grupo chamado de “Desenvolvimento, formada com desenhos sobre os encontros (desenhos criados<sup>6</sup> por cada uma das participantes). Nesse grupo que acontecia semanalmente, o convite para participação se estendia às famílias e o número de participantes variava, houve momentos em que contou com a participação de quinze pessoas. Durante o período que acompanhamos o grupo, teve a presença de sete mulheres cisgênero pretas e brancas, entre vinte e quatro e sessenta anos (algumas com crianças de zero à dez anos) e, apenas uma vez, teve a presença de um homem negro que não participou da confecção dos desenhos.

Em nossa experiência, acompanhando o cotidiano de um CRAS, essa produção de modos de habitar os espaços coletivos a partir de relações que se sustentam no respeito, no acolhimento, na possibilidade de sermos escutadas/os e da coragem do exercício de uma fala franca, foi marcada pela presença de técnicas/os<sup>7</sup> negras/os antirracistas, feministas e antielitistas no desenvolvi-

---

5 Trecho da música Desabafo - Marcelo D2.

6 Os desenhos eram sobre as vivências e debates que aconteciam durante os encontros.

7 Profissionais que, no escopo da PNAS, desempenham as ações relacionadas ao trabalho social com as famílias, como assistentes sociais e psicólogas/os.

mento do trabalho social com as famílias. Ressaltamos esse fato, pois ainda é comum nos serviços socioassistenciais (em função de nossas heranças coloniais) encontrarmos profissionais que reproduzem as heranças das lógicas assistenciais (onde o acesso a bens e serviços se produz como caridade e benevolência e não como acesso a garantia de direitos), pois se focam em ações específicas, como, por exemplo, apenas liberar uma cesta básica diante de uma demanda de uma usuária que vai além da situação de fome, pois envolve, também, outras violências.

De acordo com as proposições da PNAS é preciso apostar-mos em práticas pelas quais as/os profissionais não sigam reproduzindo antigas diretrizes assistencialistas que se contrapõem à constituição da assistência como política pública. Nossas formações precisam de atualização. É fundamental aos profissionais que trabalham nesse campo compreender que o exercício da cidadania é um direito para todas as pessoas, mas que nem a todas as pessoas se oferece a possibilidade desse exercício. E essa compreensão envolve discutir e reconhecer as implicações raciais que sustentam como e a quem será garantido o acesso à direitos sociais. Falar da manutenção de privilégios é reconhecer a violência racial sobre a população negra, mas, também, a produção supremacista branca, na qual a branquitude tem lugar privilegiado (BENTO, 2002) de acesso à posições, à bens e serviços.

## **Considerações finais**

Ao acompanhar ações desenvolvidas em um CRAS, é evidente que a efetividade da política em vigência, portanto, também, da garantia ao exercício da cidadania tem a possibilidade de ser colocada em prática a partir do reconhecimento e de um posicionamento crítico em relação aos tensionamentos raciais que



constituem as relações brasileiras. Caso contrário, corre-se o risco de seguirmos reproduzindo serviços a partir de práticas assistencialistas, baseadas em uma lógica colonial que reforça a produção de acesso a direitos sociais como uma prática de caridade e benevolência de quem seria uma “alma caridosa”, que de seu lugar de privilégio opera a falácia das lógicas salvacionistas de pessoas para as quais, reiteradamente, se constituem lugares precários de existência – pessoas que em nosso país, como já mencionamos acima, em sua maioria são pessoas negras e indígenas.

Portanto, raça (como uma categoria social) não pode se constituir como um elemento que escolhemos ou não olhar no campo de trabalho das políticas públicas brasileiras. As relações raciais, as implicações do racismo, da desigualdade racial e da manutenção de uma sociedade pautada em valores supremacistas brancos, precisa ser um elemento central para quem se propõe trabalhar em serviços oferecidos pela Política de Assistência Social (entre outros serviços públicos). Nesse sentido, é preciso abrir espaços de informação e discussão sobre a produção da racialidade, pois, como acompanhamos em entrevistas para o CadÚnico no CRAS que referenciamos na escrita, frente a pergunta sobre a autodeclaração racial, algumas usuárias não sabiam responder sobre como percebiam a si mesma enquanto cor/raça (RODRIGUES; MIRANDA; ALMEIDA, 2022).

Questões como essa nos alertam para a importância do trabalho cotidiano sobre a temática que coloque em questão as práticas racistas e a manutenção dos privilégios da branquitude, o que precisa ir muito além da abordagem do racismo em datas específicas, como, por exemplo, no novembro negro. As discussões e as práticas antirracistas precisam estar nos processos cotidianos do trabalho. Esse movimento é fundamental para pensarmos uma cidadania antirracista.

## Referências

BELLO, E. O pensamento descolonial e o modelo de cidadania do novo constitucionalismo latino-americano. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, v. 7, n. 1, pp. 49-61, 2015.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.) **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002. Pp. 25-57.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Nacional: Norma Operacional Básica**. Brasília, DF: MDS, 2004.

BRASIL. **Sistema Único de Assistência**. Brasília: MDS, 2005

BRASIL. **SUAS sem racismo: promoção da igualdade racial no Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, 1993.

DIAS, A. C.; ALVES, S. M. S.; AMARAL, L. D. P. A contribuição do pensamento decolonial na afirmação da cidadania. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 7, pp. 110-118, 2019.

GROSGOUEL, R. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea**, v. 2, n.2, pp. 337-362, 2012.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2019a. Pp. 321-334.

GONZALEZ, L. Cidadania de Segunda Classe. In: **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2019b. Pp. 345-362.

IBGE. **XII censo demográfico**. Rio de Janeiro: Ministério da Economia, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [et al.]. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA [et al.], 2011.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: episódios do racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MENESES, M. P. Colonialismo como violência: a “missão civilizadora” de Portugal em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. especial, pp. 115-140, 2018.

MERHY, E. Saúde e Direitos: tensões de um SUS em disputa, molecularidades. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 2, pp. 267-279, 2012.

MOL, A.-M. **The body multiple: ontology in medical practice**. Durham and London: Duke University Press, 2002.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

RODRIGUES, L.; MIRANDA, G. C.; ALMEIDA, D. S. Perguntar para quê? quesito raça/cor no cadastro único para programas sociais. **Psicologia & Sociedade**, n. 34, pp. 1-16, 2022.

RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N. M. F. Da casa destelhada ao amor materno: um estudo sobre a performance do vínculo na Política de Assistência Social. **Estudos de Psicologia**, v. 23, n. 4, pp. 381-391, 2018.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Encantamento: sobre política da vida**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Flecha no Tempo**. Rio de Janeiro: Mórula Editora, 2019.

SIMAS, L. A. Bodes e Bois X Geraldinos e Arquibaldos. In: SIMAS, L. A.; RUFINO, L.; HADDOCK-LOBO, R. **Arruaças: uma filosofia popular brasileira**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.